

O Estado Indiano e o Poder de Dissuasão em seu Entorno Estratégico

João Freire Junior¹

RESUMO: A Índia é um país federal asiático que ocupa a maior parte do subcontinente indiano. Limita ao norte com a República Popular da China, o Nepal e o Butão, a leste com Mianmá, ao sul e a leste com o Bangladesh e a Baía de Bengala, ao sul com o Estreito de Palk, defronte a ilha do Ceilão (Sri Lanka), com o Oceano Índico e o Mar das Laquedivas, a oeste com o Mar Arábico e a oeste e norte com o Paquistão. É o segundo país mais populoso do mundo (depois da China), possuindo mais de um bilhão de habitantes, e o sétimo maior por área. Sua capital é Nova Délhi. Seu Estado reconhece 23 línguas oficiais, dentre elas o híndi e o inglês. Quatro grandes religiões surgiram no subcontinente: o hinduísmo, o budismo, o jainismo e o siquismo. Após décadas de estagnação econômica, o país vem se desenvolvendo nos últimos quinze anos, em especial depois das reformas de 1991, mas enfrenta índices elevados de pobreza, analfabetismo, desnutrição e problemas ambientais. Dentro do cenário internacional, já é considerada uma potência regional e, os especialistas a apontam como uma das futuras grandes potências do século XXI. Este artigo tem como objetivo apresentar as considerações sobre a formação do Estado Indiano, dentro do viés histórico, diplomático, militar e nuclear no País. Realizou-se uma pesquisa aplicada de caráter não-exploratória e de natureza qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica-documental e tendo como foco a análise de conteúdo. Como contribuição, têm-se a pretensão

1 Doutor em Administração. Especialização em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF). Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

de elencar os documentos de defesa em vigor, o seu avanço no campo nuclear, seu protagonismo do subcontinente indiano, as ameaças e os inimigos potenciais e de classificar as dissuasões exercidas por esse gigante sobre os países limítrofes ao seu território.

Palavras-chave: Índia. Dissuasão. Relações Internacionais.

ABSTRACT: India is a federal country in Asia that occupies most of the Indian subcontinent. It share borders with the People's Republic of China, Nepal and Bhutan in the north, Myanmar in the east, Bangladesh and Bengal Bay in the south and on the east, the Palk Strait in the south, opposite to the island of Ceylon (Sri Lanka), the Indian Ocean and the Lakshiva Sea in the southwest, with the Arabian Sea in the west and with Pakistan in the west and north. It is the second most populous country in the world (after China), with over one billion inhabitants, and the seventh largest by area. Its capital is New Delhi. The State of India recognizes 23 official languages, including Hindi and English. Four major religions arose in the subcontinent: Hinduism, Buddhism, Jainism, and Sikhism. After decades of economic stagnation, the country has been developing for the past fifteen years, especially after the 1991 reforms, but it faces high levels of poverty, illiteracy, malnutrition and environmental problems. Internationally, it is already considered a regional power and experts point to it as one of the future great powers of the 21st century. This objective of article is to present the considerations on the formation of the Indian State, within the historical, diplomatic, military and nuclear bias in the country. A non-exploratory and qualitative applied research was carried out, through a documentary-bibliographic research, with the focus on content analysis. As a contribution, it is intended to list the current defense documents, its advance in the nuclear field, its importance in

the Asian subcontinent, threats and potential enemies, as well as to classify the deterrence this gigantic country has put on neighboring countries.

Keywords: India. Deterrence. International Relations.

1. Introdução

A Índia ocupa todo o subcontinente indiano, correspondente aos países: República da Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal e Butão. A civilização do Vale do Indo² origina-se da fusão da cultura védica com as culturas dravídicas que lhe eram anteriores. Os nascimentos de Mahavira e de Buda no século VI A.C. marcam o começo da fase mais bem registrada da história indiana. Pelos 1500 anos seguintes, a Índia consolida sua civilização.

No cenário internacional esse país, se apresenta como um dos maiores do mundo com uma área de 3.287.590 Km² e suas fronteiras encontram Bangladesh, Butão, China, Nepal e Paquistão. Seu território pode ser dividido em três grandes regiões: a região dos Himalaias, a norte, a região do planalto sul e a região central. Possui a segunda maior população do mundo com cerca de 1.140.000.000 habitantes. Tal núcleo populacional encontra-se bem diversificada e, por consequência, a língua, a casta e a religião desempenham papel importante na organização social e política do país. Sua região é agraciada com extensos recursos naturais como o gás natural, ferro, cobre, sal e o carvão mineral.

A questão de pesquisa que orientou este estudo esteve centrada em analisar a dinâmica de dissuasão desenvolvida pelo Estado Indiano diante seus países limítrofes e quais

2 Surge no Vale do rio Indo, na Ásia, uma das primeiras civilizações do mundo (cerca de 2500 a.C. e 1700 a.C). Ocupava os dois lados da atual fronteira entre Paquistão e a Índia. <https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/civiliza%C3%A7%C3%A3o-do-Vale-do-Indo/481566>. Acesso em 04 jan 2019.

as implicações para o cenário internacional. Este trabalho se estrutura como uma pesquisa descritiva de cunho predominantemente qualitativo e de natureza aplicada. A pesquisa tem um caráter exploratório e parte de uma revisão bibliográfica baseada em artigos acadêmicos no campo das Relações Internacionais relativo as ações e atividades desenvolvidas pelo Estado Indiano no tocante a sua política externa e a dissuasão aplicada a seus países limítrofes.

A justificativa desta pesquisa reside no que afirma Roesch (2013), a dizer que uma pesquisa científica justifica-se de acordo com as dimensões da sua importância, da oportunidade de execução e de sua viabilidade. Diante disso, esta demonstra-se de vital relevância para os estudos das Relações Internacionais na medida em que se propõe a estudar as temáticas do Subcontinente Indiano, não menos importante sobre as questões territoriais e dos assuntos que envolvem a capacidade nuclear de um país que possui relações comerciais, econômicas e políticas com o Estado Brasileiro. A oportunidade está em compreender que a dissuasão, por intermédio da ocupação e pela demonstração de armas nucleares, acabam por obrigar os Estados a participarem de uma espécie de diplomacia coercitiva. Ou seja, sem a demonstração de força os Estados não possuem “poder de barganha” e, por isso, precisam garantir seus ganhos através da dissuasão, quiçá coerção.

A estrutura do trabalho ficou assim dividida: Na primeira parte, é apresentado a formação do Estado Indiano, dentro de um contexto histórico, cultural e social; na segunda

parte, pretendeu-se descrever a formação do “Gigante Indiano” e seus reflexos para a sua consolidação no cenário internacional e no subcontinente indiano. Ainda, pretendeu-se expor a situação da região de litígio entre esse país e o Paquistão, mais precisamente, a Região da Caxemira; na terceira parte, transcreve-se um relato de sua Política Externa, suas Forças Armadas e do Poderio Nuclear Indiano, bem como, da dissuasão aplica a seus países limítrofes nas questões de ordem territorial e político-ideológico.

2. A Formação do Estado Indiano

A Índia é um país constituído por uma por uma sociedade pluralística. Formado por uma diversidade nos aspectos religiosos, étnicos, linguísticos e artísticos. A Índia pré-independente, período que antecede a dominação britânica, tem uma longa história de formação com base em civilizações e impérios. A civilização hindu se desenvolveu na região do Vale do Indus, com variações linguísticas, mas construída com base em normas sociais comuns, como o sistema de estratificação social (Castas).

Antes da chegada dos mulçumanos, a civilização hindu não possuía unidade política e se dividia entre reinos e comunidades³, ainda no século VIII. Por volta de 1018

3 As primeiras investidas muçulmanas aconteceram no século VIII. A partir de 1018 ocorrem invasões islâmicas na região do Panjab – hoje um Estado indiano -, que foram marcadas por destruições e conflitos. Novas invasões se estenderam em 1175 na forma de conquistas e foi estabelecido o Sultanato de Déli em 1206. O ápice do islamismo na Índia foi com o estabelecimento do Império Mughal (Séc. XVI). A derrocada somente acontece quando a Índia passa a ser colônia britânica.

acontecem as invasões na região do Panjab (Estado indiano na atualidade), caracterizadas por extermínios e conflitos. Novas incursões se desenvolvem a contar de 1175 d. C., na forma de conquistas e se estabelece o Sultanato de Déli (por volta de 1206). Os líderes desse Sultanato implantam a Teocracia⁴ Muçulmana e perpetuam-se no poder até o final do século XV.

No século XVI, um muçulmano - de origem afegã - conhecido como Babur, lidera mais um levante islâmico na região. Tal ação fica conhecida como a mais significativa e permanente presença islâmica na Índia (Império Mughal - 1526-1757). Akbar⁵ (1556-1605), neto de Babur, promove um crescimento e estabelece seu domínio por todo o subcontinente. Entre suas ações está a de aceitar a pluralidade e a multiplicidade de crenças e de respeitar os príncipes locais (hindus). Nenhum outro soberano muçulmano conseguiu manter a paz e o domínio como Akbar, principalmente nos assuntos de religião. No transcorrer dos séculos de inserção islâmica na civilização hindu, acontece a coexistência entre as religiões, condição que corrobora para a sedimentação da Índia nos dias de hoje. Apesar de coexistência de pensamentos, o clima entre hindus e muçulmanos perdura, infelizmente, na contemporaneidade.

4 Teocracia - Governo em que justificativas de natureza religiosa orientam a formação do poder instituído. <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/politica/teocracia.htm>. Acesso em 11 jun. 2019.

5 Akbar (1556-1605), neto de Babur, promove expansão e o domínio deste império se estendeu por todo subcontinente. Akbar aceitou a pluralidade e a multiplicidade de crenças, adotou aspectos do pensamento hindu e tratou os príncipes locais – hindus - com respeito. Foi considerado o “inventor da Índia”.

Em Paz (1996, p. 42) destaca-se o seguinte questionamento: “duas civilizações frente a frente num território, ou são duas religiões no seio de uma civilização? É impossível responder esta pergunta”. No entendimento a respeito da fundamentação de dois alicerces criados pelo islã no território, das pessoas convertidas ao longo de séculos e costumes semelhantes e algumas assimilações, não houve fusão. Percebe-se que ocorreu uma conquista política, não a intelectual, moral ou religiosa.

A início da colonização britânica ocorre a partir do século XVIII e vai até meados do século XIX. A Companhia das Índias Orientais⁶ estabelece entrepostos comerciais na região de Bengala e expandiu suas transações comerciais e o controle por todo o subcontinente. Neste período vários principados foram sendo anexados às áreas administradas diretamente pelos ingleses. Na segunda metade do século XVII, acontece uma revolta de líderes regionais com a intenção de acabar com o controle britânico, “O Motim de 1857”. Apaziguado e contido os revoltosos, a Índia tornou-se uma colônia de fato. Esse motim, foi desenvolvido por um grupo de príncipes regionais, de soldados indianos, donos de terras e agricultores que almejavam o fim do controle britânico, mais tarde considerado como a *First War of Independence*⁷.

O processo de colonização britânico traz para a região

6 Pactos políticos e militares entre chefes hindus e muçulmanos, porém sem uma conciliação religiosa e cultural.

7 Este motim foi mais uma tentativa de retornar aos antigos costumes e práticas do que estabelecer um processo de independência.

uma expansão de ideias ocidentais, instituições, tecnologias e um novo estilo de vida. Tal centralização, contribuiu, de forma exponencial, para as bases do Estado pós-colonial. Com a implantação do Serviço de Administração Indiano (SAI) foi possível centralizar a administração da colônia e evitar disparidades de atuação do Governo. Na continuidade desse processo, a Inglaterra conseguiu estabelecer assembleias regionais para a escolha de representantes locais, que foram o “embrião” para um sistema de democracia parlamentar pós-colonial (SIL, 2000). Sabe-se que tais iniciativas não tinham o propósito específico de contribuir para a consolidação de uma democracia, mas trazer certo nível de legitimidade para as políticas coloniais britânicas.

A política colonial implantada teve impacto expressivo nas elites da Índia que puderam, no transcorrer dos anos, frequentar Universidades na Europa e foram impregnados por ideias ocidentais de nacionalismo, liberalismo, dentre outras. Tais ideias, contribuíram para o movimento de independência indiano. A respeito dos movimentos de independência cabe destacar:

A emancipação da dominação ocidental não implicou uma rejeição das ideias do Ocidente sobre os direitos e liberdades, ou de suas realizações científico-industriais. Ao contrário, grande parte da política de libertação nacional da Ásia girou em torno de uma demanda de direitos e liberdades que as potências ocidentais haviam proclamado no plano abstrato, mas recusado no concreto, ao lidar com povos e governos asiáticos (ARRIGHI, 2001, p. 228).

O período de domínio britânico na região trouxe uma transformação na esfera política, econômica e social e

aconteceram com a percepção das instituições criadas pelos colonizadores. Pode-se afirmar que, os ideais ocidentais de suas instituições políticas se concretizaram (ARRIGHI, 2001). Sabe-se que os reflexos dessas estruturas criadas pela Inglaterra se mantêm ainda hoje, seja diante de uma democracia parlamentar; seja no fundamento de igualdade e de pluralismo; seja na língua; seja na garantia de liberdades civis.

O sentimento nacionalista de libertação somente ganhou força nas primeiras décadas do Século XX e teve seu alicerce no chamado renascimento indiano. Buscava-se uma identidade geopolítica e uma individualidade cultural próprios. Este sentimento veio por intermédio da sua elite intelectual e cultural britânica e da indiana. Ao se depararem com o mundo ocidentalizado, sua elite intelectual passa a requerer a modernização de seu território. Iniciam-se os movimentos reacionários de afirmação da identidade que tem como fundamento os sistemas de valores indianos como o *ethos* religioso-cultural.

Com o término da Primeira Guerra Mundial, Gandhi assume a liderança do Congresso Indiano e impõe um lugar mais apropriado para a Índia no Império Britânico. Fato inusitado e relevante, acontece por ocasião da reunião da Liga das Nações, em que a delegação indiana teve uma representação separada da britânica (DIXIT, 1998). Neste processo de construção de independência, Gandhi assume papel considerável ao ser intitulado “Pai da Nação”. Esse líder passa a desenvolver ideias de liberdade e autonomia e começa a traçar as linhas para um autogoverno indiano (*swaraj*), como também passa a criar um

sentimento nacionalista contra a exploração econômica e a favor de uma nova ordem (*sarvodaya*)⁸. Características específicas desse líder e que o caracteriza diante do cenário internacional, é a de construir a independência do País por intermédio da prática de não-violência (*satyagraha*) e de se utilizar de ideais humanísticos, como a proteção dos considerados “intocáveis” (*barijans*, hoje *dalit*) e de ser contrário aos conflitos entre hindus e muçulmanos.

Os efeitos da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Bolchevique e dos “Quatorze Pontos” de Wilson⁹, contribuíram para a estruturação de uma nova ordem mundial. Sentimentos como anti-imperialismo e anticolonialismo serviram como forma de um novo posicionamento pelos indianos. Gandhi define as estruturas para a política externa indiana (Democracia) e a preservação da diversidade. Infelizmente, nem todas as suas proposições foram aceitas. O sentimento de liberdade abrange a todos, mas a derrocada do conflito hindu-muçulmano acarreta a divisão da Índia em dois países: o atual Paquistão (maioria islâmica) e a atual Índia (maioria hindu).

O episódio de sua partição, está arraigado na história recente do país por atos violentos que repercutem na vida de inúmeras pessoas ainda hoje, sem contar as guerras entre os

8 Sistema econômico de aldeias economicamente autônomas ligadas entre si por trocas de produtos e serviços, com princípio básico de autoconfiança e a prática auto produzível.

9 Presidente dos EUA. Apresenta as ideias americanas para a estruturação de uma nova ordem mundial.

países pela luta de fronteiras na região da Caxemira¹⁰. É possível identificar que os aspectos conceituais sobre a política internacional da Índia foram construídas com base no modelo britânico, visto que a auto constituição da ideia de um Estado e de uma nação fez emergir a dimensão do “internacional” como uma das faces de sua identidade. Segundo consta em Kissinger (2015, p. 139), é possível compreender que: “a Índia moderna concebeu sua independência como um triunfo não apenas de uma nação, mas de princípios morais universais”. Ainda, sobre seu processo de independência, cabe ressaltar:

A maneira pela qual a Índia obteve sua independência e escolheu o papel que desempenharia no mundo refletiu esses diferentes legados. A Índia sobrevivera ao longo dos séculos ao combinar uma cultura que não se mostrava permeável com uma extraordinária capacidade psicológica para lidar com as forças de ocupação (KISSINGER, 2015).

Após a sua independência, o subcontinente foi partilhado entre a República da Índia e República Islâmica do Paquistão. Ainda, como resultado de uma guerra entre esses dois países em 1971, a antiga região do Paquistão Oriental torna-se o Estado Independente de Bangladesh.

Atualmente, a Índia tem obtido ganhos expressivos em investimento e produção econômica, constituindo-se na maior democracia do mundo, com uma população de mais de 1 bilhão de pessoas, e na quarta maior economia do planeta¹¹.

10 Destaca-se que, por ocasião da citada divisão, mais de 200 mil pessoas morreram e outras milhares tiveram que trocar de território. Os efeitos desta divisão não são somente políticos, encontram-se também nas relações sociais e até mesmo na esfera da vida privada.

11 <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/12/estes->

3. O Gigante Indiano

O quadro geopolítico do continente asiático encontra-se em processo de transformação e o Estado indiano se apresenta como um dos principais protagonistas. Além do viés demográfico, pois ocupa boa parte do subcontinente asiático, possui relevância nos campos econômico, político e o militar (Defesa).

Seu modelo de desenvolvimento encontra suporte na atividade empresarial privada, deixando clara a mudança de uma economia agrícola para uma economia de serviços. Quinze anos após a arrancada chinesa, criou zonas/áreas econômicas especiais com o propósito de atrair investimento estrangeiro. Diante deste momento, busca atingir status similar de grandes potências mundiais, como os Estados Unidos da América (EUA) e a China. Na década de 90 do século XX, a Índia registrou forte crescimento econômico, quando abandona políticas socialistas e dá ênfase a um *modus operandi* de liberalização da economia, incentivo ao capital estrangeiro, a redução de barreiras tarifárias à importação, a modernização do setor financeiro e ajustes em sua política fiscal e monetária.

Como resultados de tais práticas, vem diminuindo de forma significativa sua inflação e contribuindo para o crescimento econômico (média de 5% anual). Nos últimos anos, a Índia tornou-se um importante centro de serviços relacionados com Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Esse contexto, confere ao País

o principal beneficiário do *outsourcing*¹² de serviços. É importante destacar que seu desenvolvimento é freado por uma infraestrutura insuficiente, uma burocracia pesada e uma “dívida social” elevada (pobreza rural, analfabetismo residual, sistemas de castas, corrupção, etc.). Nesta esfera, o alto grau de pobreza prevalente deve-se ao fato de que cerca de 69% de sua população reside na zona rural e a incapacidade da oferta de serviços básicos (educação, saúde, energia, água e esgoto)¹³. Seu foco econômico está concentrado em setores que requerem tecnologia mais avançada e capital humano de melhor qualidade, como serviços de tecnologia da informação, serviços e equipamentos médicos, indústria automobilística, farmacêutica e química e a fabricação de painéis solares.

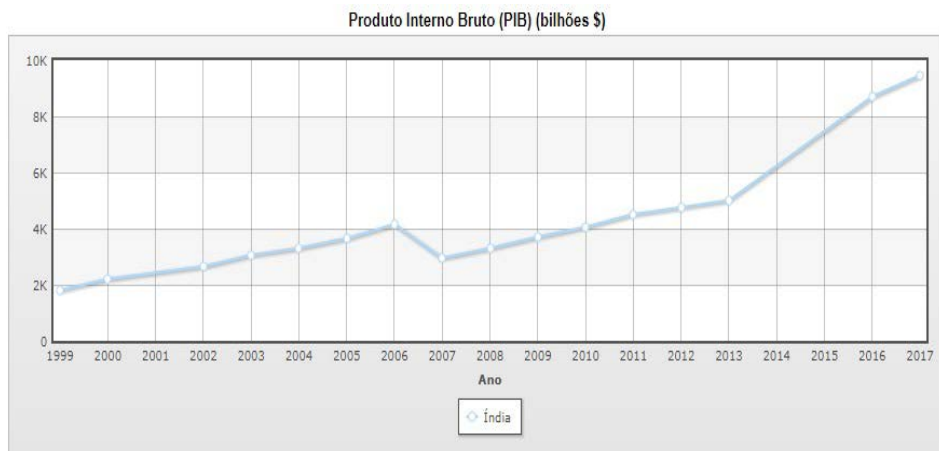
Atualmente, a Índia possui um Produto Interno Bruto (PIB) de trilhões de dólares (dados de 2017)¹⁴, ocupando a sétima maior economia do mundo.

12 O termo *Outsourcing* é entendido como a utilização estratégica de fontes externas de mão-de-obra de uma empresa. Basicamente, falar em outsourcing significa falar em “terceirização”, termo mais conhecido no Brasil. <http://www.sobreadministracao.com/outsourcing-o-que-e-e-como-funciona/>. Acesso em 10 mai. 2019.

13 A indisponibilidade de dados para a Rússia para períodos anteriores a 1990, já que fazia parte da extinta União Soviética, não permite a geração de séries temporais mais longas para os BRICS. Renda monetária inferior a US\$ 2 por dia. 16

14 [https://www.indexmundi.com/pt/india/produto_interno_bruto_\(pib\).html](https://www.indexmundi.com/pt/india/produto_interno_bruto_(pib).html). Acesso em 07 fev. 2019.

Gráfico 01 - PIB da Índia (2017)



Country	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2016	2017
India	1.805	2.200	2.660	3.033	3.319	3.666	4.156	2.966	3.297	3.680	4.060	4.515	4.761	4.990	8.721	9.447

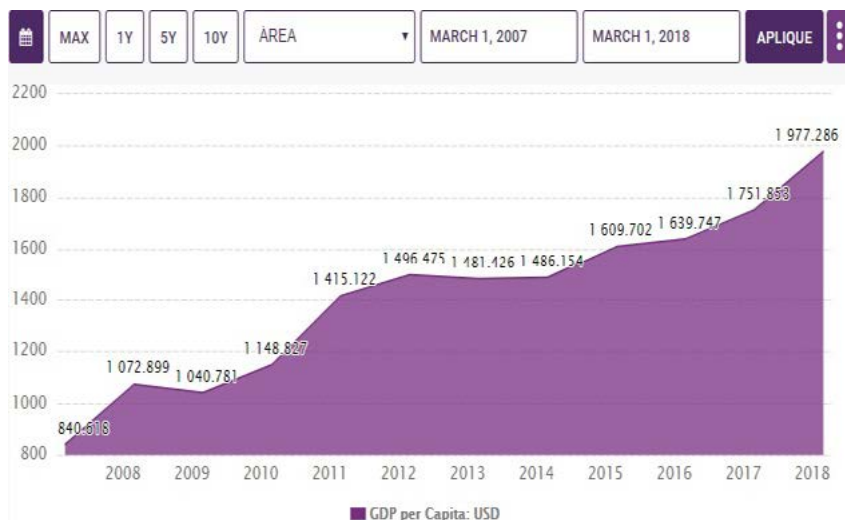
Fonte: <https://www.em.com.br>.

Entretanto, devido à grande população, a renda per capita é consideravelmente baixa. Em 2018, os dados do Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita da Índia foram registrados em 1,977.286 USD¹⁵. Sua economia cresceu cerca de 8,2% e, com esse resultado, manteve a posição como a economia com crescimento mais rápido do mundo, superando a China que teve crescimento de 6,7% no mesmo período¹⁶.

15 <https://www.ceicdata.com/pt/indicador/india/gdp-per-capita>. Acesso em 07 fev 2019.

16 Fonte: Dow Jones Newswires. Acesso em 12 mai. 2019.

Gráfico 2 - Índia e PIB Per Capita de 1958 ao 2018



Fonte: www.ceicdata.com/pt/indicador/india/gdp-per-capita.

Em um ranking dos 34 países (79% do PIB Mundial) que publicaram seus resultados até o momento, a Índia lidera como o maior crescimento do PIB.

Ressalta-se que a indústria e os serviços estão em desenvolvimento diminuindo o espaço ocupado pela agricultura (15%) e respondem, respectivamente, por cerca de 30% e 55% do seu (PIB). O setor de tecnologia se apresenta como um dos principais itens da pauta de exportações do país (*softwares*). Embora quase todos os indicadores de desenvolvimento para o início do milênio retratem aparentemente problemas ainda mais graves que o Brasil, em particular, as desigualdades de ordem social.

O país convive diante de ameaças constantes à sua soberania e segurança provenientes de vizinhos, como a China, o Paquistão, os movimentos separatistas na região da Caxemira e Punjab e de grupos revolucionários como os naxalitas¹⁷ de origem maoísta. Diante dessas ameaças justificarem altos investimentos na aquisição de material militar, existe uma necessidade latente de aumento de sua capacidade de produção interna de modo a diminuir a dependência externa, principalmente no tocante a tecnologia. (DUTTA, 2016).

Em 2006, firma acordos de parceria, com os EUA, na área nuclear. Para os principais interessados um “acordo histórico”; porém, para outras potências, um “erro histórico”. Interpreta-se que tais oportunidades contribuem para sua expressividade no cenário internacional, apresentando-a como grande potência, contribuindo, inclusive, na estabilidade da Ásia. Tal posicionamento, denota um exemplo de Dissuasão¹⁸. Essas ações consolidam alicerces da democracia e da estabilidade na região. Essa influência, salvo outro entendimento, chega ao mundo muçulmano (a 2ª maior comunidade do mundo).

Pelo que o cenário internacional demonstra, o Estado Russo continuará a ser um aliado privilegiado embora

17 Nascido em 1967, esse movimento maoísta contesta a maior democracia do mundo. E representa um desafio para a segurança interna desde a independência da Índia.

18 Dissuasão pode ser entendida como uma Estratégia de Coerção (coação, imposição). Quando as ações de um agente voluntário podem ser influenciadas sem a ameaça de uso da força, isso envolve **consenso**; quando o uso da força é tal que o agente não pode mais ser considerado voluntário, isto é controle.

sem o estatuto de alguma exclusividade de que beneficiou durante a Guerra Fria. Para os russos, é uma prioridade para a sua política externa. Do mesmo modo, o governo indiano considera a Rússia como indispensável para que seus interesses estratégicos sejam alcançados. Tais afirmações são fáceis de serem compreendidas, pois Rússia é o principal fornecedor de armamento no país (80%) e está construindo na região centrais nucleares. Neste cenário, a Rússia é uma das suas garantias de segurança energética (petróleo, gás e urânio) e irá contribuir de forma exponencial na manutenção do relacionamento bilateral existente.

No próximo tópico serão apresentadas as considerações sobre a política de defesa indiana e seu poderio nuclear dissuasório.

4. A Política de Defesa Indiana: Das Forças Armadas ao Poderio Nuclear Dissuasório

O fim da Guerra Fria se apresentou como mola propulsora para o encerramento da bipolaridade mundial (viés político e ideológico), e o surgimento da chamada Nova Ordem Mundial¹⁹. Nos anos iniciais do século XXI, essa nova ordem marca o surgimento de novos atores no cenário internacional, dentre eles, as denominadas “novas potências”. A marca predominante deste período está na ocupação de novas posições no mercado internacional de países, outrora considerados subdesenvolvidos, a uma posição de dominância

19 Esse período é caracterizado por um novo momento tecnológico, pela multilateralidade e pela globalização do comércio.

e influência, tais como: China, Brasil e Índia.

Rica em uma história que ultrapassa cinco milênios, a Índia possui uma “mescla” de diversidade étnica, religiosa e linguística, constituindo-se em uma amalgama na formação do país. Esse produto e a influência anglo-saxã²⁰, associado a sua exuberante cultura, contribuiu para a formação de um pensamento em que impera as questões espirituais (a filosofia, a ética e a religião), junto a busca por uma modernidade ocidental.

Tomando para este autor partes do texto do Diplomata Abelardo da Costa Arantes Junior, ex-embaixador do Brasil no Paquistão, deixa-se transparecer em seu artigo que a Índia é possuidora de uma enorme população e em crescimento; dotado de um espaço territorial expressivo (2,4 % do território global); além de ter sob seu controle um esmagador e dissuasório poder militar. Ainda, trata-se da potência de maior destaque perante o Extremo Oriente e o Oriente Médio. Em continuidade aos ditos desse autor: *“a Índia atrai as atenções de todos os planejadores diplomáticos, devido à sua complexidade regional, principalmente no que tange a tensões políticas”* (ARANTES JÚNIOR, 2003). Suas fronteiras com o Paquistão, Bangladesh, Nepal, Butão, Mianmar, China, Maldivas e Sri Lanka, existem questões de segurança com boa parte deles.

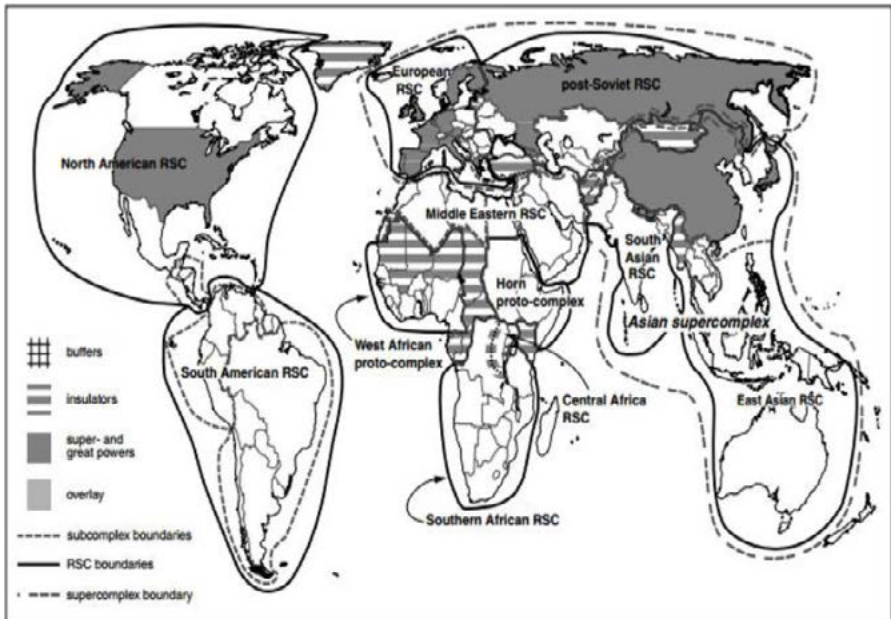
Em se tratando de sua política de defesa e poderio nuclear dissuasório, em Buzan e Waeber (2003) apresenta-

20 A Índia foi colônia inglesa de 1858 até a sua independência em 1947.

se uma classificação a respeito dos tipos de Estados: superpotências, grandes potências e potências regionais. A respeito das superpotências, realizam sua influência mediante sua capacidade política, econômica e militar. A Índia demonstra claramente estar adequada a se constituir em uma superpotência num cenário prospectivo.

A nova ordem internacional no pós-Guerra Fria, apresenta quatro “Grandes Potências” que exercem forte influência no cenário regional, assim como, no cenário mundial, tais como: Rússia, China, União Europeia e Japão (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 31).

Figura 3 - Padrão de Segurança Regional no Pós-Guerra Fria



Fonte: BUZAN; WAEVER, 2003.

Sob um viés político, a Índia é uma democracia em processo de amadurecimento e um importante representante do “Sul Global”, fomentando o diálogo “Sul-Sul”, por ocasião das tratativas com a Organização Mundial do Comércio (OMC) no início do século. Esse novo cenário é fundamental para um maior equilíbrio ante a hegemonia existente na UE e nos EUA. No próximo tópico, apresentaremos as peculiaridades da Política de Defesa Indiana, sua organização institucional, suas FFAA e sua economia de Defesa.

5. Particularidades da Política de Defesa da Índia

O Estado Indiano possui entorno estratégico de grande instabilidade com a presença de guerrilhas e atos terroristas, como é o caso da região da Cachemira, concretizando a necessidade de que o País tenha uma Política de Defesa enraizada (BERTONHA, 2013, p. 113), direcionada para o aumento de seu poder dissuasório na região.

A respeito do cenário externo, sua relação com o Paquistão é conturbada desde a sua independência, situação essa que contribuiu para a guerra Indo-Paquistanesa, mediada pela Organização das nações Unidas (ONU) e por um acordo de cessar as hostilidades (DASGUPTA; COHEN, 2011). A organização institucional da defesa indiana - o relatório da *Swedish Defence Research Agency* - detalha que o setor de Defesa e Segurança na Índia possui ministérios e funções do governo, agências de inteligência, as FFAA e grupamentos paramilitares.

Nas questões de Defesa, dois ramos são importantes na

organização, o *Indian Administrative Service* (IAS)²¹, parte integrante dos altos escalões do setor da Defesa e Segurança” e o *Indian Foreign Service* (IFS)²², que lida especificamente com a política externa. Seu Comandante Supremo das FFAA é o Presidente, mas é o Conselho de Ministros os responsáveis pela Defesa Nacional. O *Cabinet Committee on Security* (CCS)²³ é o órgão responsável pela condução de políticas de Defesa, constituído pelos Ministros da Fazenda, da Defesa e das Relações Exteriores. O CCS recebe contribuições das FFAA por intermédio do Ministério da Defesa (MD). Particularidade dessa Organização, não existe representante militar no órgão.

[...] Baixo grau de participação dos militares na maior parte da tomada de decisão político-militar, seja em tempos de paz ou de guerra, bem como um baixo grau de integração entre as três forças [semelhantemente ao Brasil], sendo que somente no emprego de armas nucleares e na Defesa das ilhas Andamão existem comandos conjuntos” (ATARODI *et al.*, 2010, p. 31).

O MD é o órgão destinado aos assuntos de Defesa. A respeito da organização, os assuntos de Segurança e Defesa são de orientados pelo MD Para (ATARODI *et al.*, 2010, p. 32), e constituída por departamentos: o *Department of Defence* (DOD), responsável pelo orçamento, Política de Defesa e a cooperação em Defesa; o *Department of Defence Production* (DDP), assuntos relacionados com a produção de Defesa, produtos importados, planejamento e o controle das

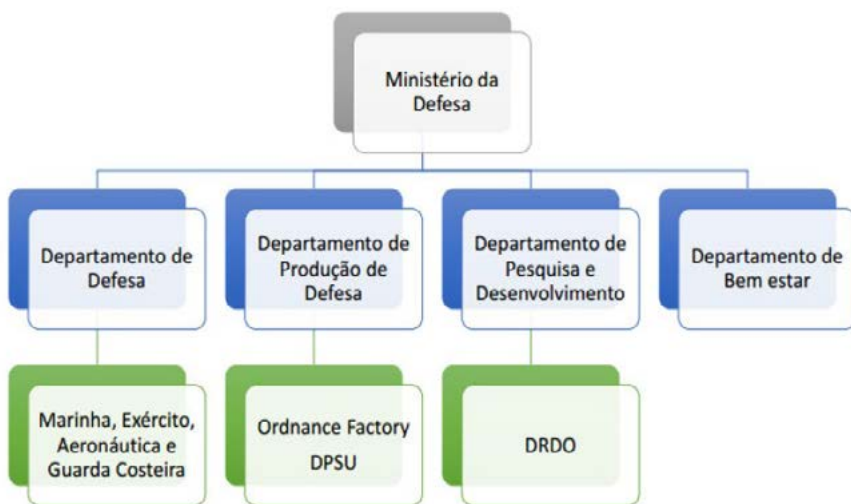
21 Serviço Administrativo

22 Serviço de Relações Exteriores

23 Comitê do Gabinete de Segurança

unidades de produção; o *Department of Defence Research & Development* (DDR & D) assessoramento sobre aspectos científicos, logística militar e formulação de pesquisas e desenvolvimento de projetos; o *Department of Ex-Servicemen Welfare*, que trata de assuntos de reassentamento e bem-estar dos pensionistas de ex-militares; e uma Divisão de Finanças (ATARODI *et al.*, 2010, p. 32). A figura abaixo esclarece a organização administrativa e funcional.

Figura 4 – Organograma Ministério da Defesa Indiano



Fonte: Jornada, 2014.

As suas FFAA possuem um efetivo considerável em relação a outros exércitos do mundo. Sua força ativa é a terceira maior do mundo, ficando somente atrás da China e dos EUA (ATARODI, 2010). Sua Força Terrestre (Exército)

possui a missão constitucional de realizar a preservação dos interesses nacionais, bem como sua sobrevivência territorial face as ameaças externas e assistir as agências governamentais contra as ameaças internas (INDIA, 2014). Na década de 80 do século passado, mais precisamente no governo de Rajiv Gandhi²⁴ (1984-1989), as FFAA passam por um crescimento vertiginoso, quantitativo e qualitativo, com a aquisição de armamentos, peças de artilharia, carros de combate, submarino nuclear, porta-aviões, entre outros. As aquisições foram motivadas pelas relações instáveis com o Paquistão. (PRAKASH, 2005 *apud* GUIMARÃES, 2010). Atualmente, tem-se trabalhado em desenvolver sua capacidade tecnológica mediante a aquisição de outros equipamentos e criado unidades para a vigilância de suas fronteiras, como é o caso de suas divisas com o Paquistão e a China (CHANDRAMOHAN, 2013).

Fato importante destacar, o país vem contribuindo com efetivos e equipamentos nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (*Peaceopstraining*). Segundo nos relata (INDIA, 2013, p. 27) a Força tem contribuído com mais de 190.000 pessoas, entre militares e civis. O *Annual Report* 2013-14 nos traz a seguinte afirmação:

As mudanças geopolíticas mundiais apresentam vários desafios de segurança para as FFAA indianas. Enquanto constantemente revendo sua prontidão operacional e

24 Rajiv Gandhi foi o mais jovem primeiro-ministro da Índia, talvez até um dos mais jovens chefes de governo eleitos do mundo.

capacidades para enfrentar os possíveis desafios de segurança, o Exército Indiano está comprometida com a Defesa do país contra ameaças externas e internas em todo o espectro da guerra. (INDIA, 2013, p. 20, tradução nossa).

Em relação ao seu território, ainda persistem conflitos violentos com presença de terrorismo. Esses grupos atuam em todo o território, como o Movimento Naxal²⁵. Essas Forças são dotadas de capacidades para o enfrentamento dessas ameaças e realizam exercícios e operações de combate ao terrorismo, contribuindo para a estabilização e a segurança no seu território. Fator a se considerar é que existe a possibilidade de que esses grupos terroristas possam ter acesso a armas nucleares (INDIA, 2004, p. 7). As FFAA atuam por intermédio de operações civis-militares e psicológicas nas regiões onde os grupos terroristas possuem influência (INDIA, 2014, p. 22).

A respeito de sua infraestrutura de Defesa, tem seu começo ainda no período colonial. Sob a dominação britânica, inicia-se a parte fabril de armamentos e de munições. Na segunda metade do século XX, já instituída como Nação, esse país constituiu a Organização de Desenvolvimento e Pesquisa de Defesa (DRDO), com a finalidade de “fornecer soluções de Tecnologia de Defesa” (INDIA, 2013, p. 82, tradução nossa). Seus governantes já haviam se posicionado no sentido de fortalecer a sua Base de Indústria de Defesa (BID), ofertando a devida autonomia ao setor. Suas fábricas de Material Bélico,

25 Divergindo dos separatistas da Caxemira ou dos estados do nordeste, o naxalismo quer conquistar o conjunto do território indiano. E uma solução negociada parece improvável, já que os insurgentes têm o objetivo de levar a cabo uma revolução. <https://diplomatiq.org.br/ameaca-da-guerrilha-naxalita/>. Acesso em 12 jun. 2019.

as *Ordnance Factories* (OF) e as Empresas Públicas do Setor de Defesa, *Defence Public Sector Undertakings* (DPSUs), são a “ponta da linha” da produção e desenvolvimento de equipamentos e armamentos. Atualmente, as OF estão distribuídas em locais diferentes e um crescente aumento de micro, pequenas, médias e grandes empresas do setor privado e divididas em Divisões Operacionais (Munições e explosivos; armas, veículos e equipamentos; materiais e componentes; veículos blindados; e grupo de fábricas de equipamento bélico). A Índia, na situação de potência asiática, está buscando seu espaço junto ao cenário internacional, principalmente um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Destaca-se que o Estado é possuidor de uma ampla indústria bélica. Ainda, o setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), “possui expertise na elaboração de projetos e desenvolvimento de produtos de Defesa” (BITZINGER, 2014). Para (BEHERA, 2013), ao se pronunciar a respeito da Indústria de Defesa, diz:

Embora possua modesta dotação orçamentária para a pesquisa e desenvolvimento [...] tem sido relativamente bem-sucedida no desenvolvimento de uma gama de tecnologias e produtos [...]. A produção [...] girava uma receita em torno de 20 bilhões de dólares. (BEHERA, 2013, p. 29).

No cenário internacional, a sua Política de Defesa vem buscando a aproximação com os EUA, que compreendem a Índia como uma promissora aliada entre os países emergentes (MISTRY, 2011, p. 89). Esse alinhamento tem a oportunidade de manter o equilíbrio de poder na Ásia. A partir de século

XXI, a Índia começa a apresentar uma mescla da chamada *Big Science* - Defesa, Nuclear e Aeroespacial (GONZALO e CASSIOLATO, 2016). Entre os anos de 2013 e 2014, o *Annual Report 2013-2014* relata que foi reservado um montante de 5% do seu orçamento para P&D e de 1% para produção (ÍNDIA, 2014, p. 16). Um ponto a se destacar, está em saber que a Indústria de Defesa desse País apresenta majoritária o governo. As organizações estatais carregam a massa do setor de Defesa, monopolizando o fornecimento dos produtos de Defesa (BITZINGER, 2014, p. 3). Tal situação corrobora para frear as intenções de um setor orientado para o livre-mercado. Essa situação fez com que o complexo industrial produza equipamentos militares de tecnologia inferior, pouco competitivos e com alto custo. Outro problema é a falta de inovação, que fica restrita devido a burocracia, a corrupção e ao nepotismo (BITZINGER, 2014, p. 1). No próximo tópico, serão apresentadas e discutidas as questões que envolvem a política nuclear indiana.

6. Política e doutrina nuclear no Estado Indiano

O século XX não ficou somente conhecido pelo período da “Bipolaridade”, da músicas e das duas guerras mundiais. Ele ficou marcado pela descoberta da energia nuclear. Seu uso incorpora desde a medicina, a agricultura, a indústria até a utilização na área de Defesa pela fabricação de armamentos e outros artefatos. A ameaça de um conflito nuclear entre polos foi dirimida, quiçá, desapareceu. Em contrapartida, o advento da tecnologia aumentou a possibilidade de acesso à

capacidade de se produzir armas nucleares. Sua propagação torna-se um problema estratégico de grande abrangência para a nova ordem mundial.

O advento do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), assinado pelos EUA, URSS e Reino Unido, em 1968, procurou evitar qualquer expansão do acesso às armas nucleares para além dos países detentores à época. Aos Estados que não as possuíam, seria concedida assistência pelos “Estados Nucleares” – Possuidores da tecnologia – na utilização pacífica de energia nuclear. Atualmente, existem 189 países signatários do acordo de não proliferação. Até o presente momento, a Índia não o assinou.

A história nuclear do país, tem seu início a partir de sua independência. Em 1948, o Estado lança seu plano para a produção de energia nuclear, voltado para o seu desenvolvimento econômico. O interesse, ainda, vislumbrava o desenvolvimento de tecnologia nuclear, considerada fonte de prestígio internacional. No transcurso das décadas de 50 e 60, do século XX, deu-se continuidade aos planos de aquisição de tecnologia nuclear. Neste interstício, cria-se o Departamento de Energia Atômica²⁶ (DAE, na sigla em inglês), ligado ao gabinete do primeiro-ministro. Em continuidade, construiu-se o primeiro reator de pesquisa do país, com a parceria do Reino Unido. Assim como o Brasil, a Índia, se beneficia do programa

26 O Departamento tinha como prioridades o desenvolvimento da tecnologia nuclear e a aplicação de tal tecnologia nos campos da agricultura, medicina, indústria e pesquisa científica.

idealizado pelos EUA, “Átomos para a Paz”²⁷.

Nos idos da década de 1960, alguns eventos mudam o discurso do governo indiano em relação ao uso pacifista da energia nuclear. O primeiro encontra-se na derrota, em 1962, contra a China e o país passa a investir em sua força militar convencional. Em 1965, Índia e o Paquistão enfrentam-se por questões territoriais na região da Caxemira. (KENNEDY, 2011). Ressalta-se que o esse último, também, obtém avanços expressivos impulsionados pelas hostilidades criadas. A partir da década de 70, a Índia investe em pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia nuclear que o levaria à obtenção de uma capacidade bélica latente e à adoção de uma estratégia de “opções” na área nuclear. Ponto a ser aqui destacado, com a independência de Bangladesh motivada pelo conflito Indo-Paquistanês, o governo indiano entende que ocorre uma assimetria de poder regional desfavorável à Índia, pois, já que o Paquistão recebera apoio militar tanto dos EUA quanto da China e, no contexto pós-guerra, havia lançado seu programa nuclear. Nesta mesma década, o país se prepararia para a realização de seu primeiro teste nuclear e, em 1974, realiza-o. Esse teste obtivera êxito graças ao reprocessamento do combustível para a obtenção de plutônio. O feito deixa claro à comunidade internacional que seria possível um país em desenvolvimento e com um orçamento reduzido desenvolver artefatos nucleares.

Na década de 80, o Estado volta-se ainda mais para

27 O Programa objetiva a difusão de tecnologia nuclear para fins pacíficos.

o desenvolvimento armamentista. Contraste está em que se advoga pelo pacifismo, mas, na prática, isso não tenha se sustentado (GANGULY; PARDESI, 2009, p. 04). A partir deste marco temporal, a Índia assume uma postura ambígua. Uma hora se utilizava de uma narrativa de não-proliferação nuclear e desarmamento nuclear; e, em outro momento, defendia o direito de dominar a tecnologia nuclear em todas as fases (PERKOVICH, 2001, p. 06). Esse argumento se fundamenta pelo fato de as tecnologias utilizadas em armas nucleares servirem também a propósitos pacíficos. Diante disso, a Índia adota o que Perkovich (2001, p. 3) considerou como uma “deterrença nuclear” sem o emprego de armas nucleares, e Kennedy (2011, p. 141) definiu como uma “armamentização velada”, ou seja, o objetivo estava em aumentar a segurança nacional sem desencadear uma corrida armamentista na região – desenvolveu-se tecnologia de vetores sem realizar novos testes nucleares.

O ponto está em que as armas nucleares obrigam os Estados a cederem a uma diplomacia coerciva em uma lógica segundo a qual ao conceito de Diplomacia da Violência foi inserido neste contexto por definir um comportamento expressado por muitos Estados. Neste conceito expressa-se o pensamento de que sem força militar os Estados não possuem poder de barganha, levando-os a garantir seus interesses por meio da coerção e dissuasão (SCHELLING, 2010, p. 240). Ou seja, quanto mais nuclearmente armado é um país, maior é o seu poder de dissuasão (DANIELSON 2012, p. 19).

No tocante a sua doutrina nuclear, o Estado Indiano

percebeu a necessidade de deixar claro à comunidade internacional sua pretensão de usar seu poderio militar, caso fosse necessário. Este documento volta-se ao desenvolvimento de uma dissuasão “mínima” e defende o princípio de “não-uso inicial”. Consoante a isso, existe a necessidade de uma retaliação maciça em resposta a possíveis ataques nucleares, dentre outros assuntos (KHAN, KHAN, 2016). A partir de 2003, essa doutrina modifica-se e inclui a possibilidade do uso preventivo de força em caso de ataque de armas de destruição em massa (químicas ou biológicas). Ratifica-se, neste mesmo documento, que os artefatos nucleares somente seriam utilizados para a sua autodefesa (KHAN, KHAN, 2016).

Toda esta mobilização encontra sustento em uma eminente ação nuclear por parte Paquistão à Índia. Entendendo a dissuasão como a combinação de capacidades ofensivas para punir, percebe-se que as incertezas a que está exposta o país, coloca a dissuasão sob o estresse. A respeito dos embates com o Paquistão, fica latente o pensamento de que qualquer ato irracional de um dos Estados para deliberar um processo hostil contra o outro e as tensões aumentariam a crise e a perspectiva de conflito. (KHAN, KHAN, 2016).

Essa Doutrina Nuclear, foi estabelecida no ano de 2003, acrescenta, com caráter preventivo, o uso de armas nucleares no caso de sofrer um ataque oriundo qualquer arma de destruição em massa. Essas ações consolidam os objetivos do país de ter forças nucleares com credibilidade efetiva. Ressalva feita no sentido de “*No First Use*”. Ou seja, as armas nucleares só seriam empregadas no caso de retaliação contra ataque nuclear

sofrido em seu território. Essa retaliação nuclear, num primeiro momento, seria “maciça” com a intenção de infligir “Danos” contra o atacante (KHAN, KHAN, 2016). Neste mesmo ano, o Estado indiano lançou comunicado para operacionalizar sua deterrence nuclear, bem como, surge neste cenário a Rússia pelo arrendamento e construção de submarinos a propulsão nuclear. Com o propósito de consolidar e alavancar sua Doutrina, o governo indiano aumenta as relações com um grande número de países. Tal procedimento se valeu pela necessidade de que passariam de uma política de “não-alinhamento” para uma política de “alinhamento de poli” (conduzida de várias maneiras). Essas relações com outros países aumentaram de sete, em 2000, para 26, em 2008.

A Índia articulou sua aspiração de se tornar um poder regional em todo o seu entorno e construiu “parcerias estratégicas” com os principais Estados. Ainda, estabeleceu parcerias estratégicas com países tidos como “emergentes” (como o Brasil), para obter alto nível internacional e em buscar sistemas de armas modernos e a tecnologia atrelada ao artefato. (HEDRICK, 2009, 49-50).

Na última década, dois momentos merecem atenção por terem alterado o status internacional do país em matéria nuclear. O primeiro, em 2005, quando os EUA firmam compromisso com a Índia para a cooperação no uso pacífico da energia nuclear. O segundo, na sua inserção no comércio internacional, nos assuntos de materiais e tecnologias nucleares. Atualmente, uma das principais demandas do país é por urânio. Além da já citada parceria com os EUA, o país estabeleceu parcerias

com o Canadá e com o Cazaquistão entre outros países (CANADÁ, 2015). Vale dizer, todo o urânio recebido somente pode ser utilizado no programa civil que está sob salvaguardas internacionais. Para Khan e Khan (2016), a percepção está em atualizar seu programa nuclear para alcance estratégico regional e global. A capacidade nuclear indiana se destina combater a superioridade estratégica e nuclear convencional chinesa e dissuadir o Paquistão, além de poder influenciar as principais potências através da projeção de poder. Interessante ressaltar que, seu aporte nuclear responde atualmente por pouco mais de 2,5% da energia elétrica produzida na Índia, ainda dependente de termoelétricas a carvão e a petróleo. No campo militar, considera-se o avanço especificamente na construção de submarinos a propulsão nuclear.

Diante do que foi até aqui exposto, percebe-se que, durante o período que compreendeu a Guerra Fria, a dissuasão era a forma mais adequada de projeção de poder e tem como foco o equilíbrio induzido pelo perigo da destruição nuclear, também denominada de Destruição Mútua Assegurada (DMA). Este conjunto de conceitos e temores, traduzia-se num paradigma em que o equilíbrio era necessário para a garantia da estabilidade mundial. Cabe-nos destacar que, dissuasão, em sentido lato, visa impedir uma potência adversa de, numa situação dada, recorrer a determinados meios de coação em virtude da existência de um conjunto de meios e de disposições capazes de constituírem uma ameaça suficientemente desencorajadora (COUTO, 1988). Diante do que foi dito, a dissuasão pode ser assim resumida: “pode

fazer, e não no que vai fazer”, ou seja, em incertezas. Um país possuidor de artefatos nucleares, passa a deter uma força de ataque imprescindível. Tal assertiva, expõe a necessidade continuada dos países em ascender às Armas de Destruição em Massa (ADM) como forma de aumentar o seu poder. Nessa margem de pensamento e observando o cenário, o conceito de dissuasão nuclear vigente (Período da bipolaridade), não perdeu a sua validade no caso de uma confrontação entre duas potências nucleares de capacidades semelhantes nos dias de hoje, em virtude de superpotências, como os EUA e a Rússia, manterem uma capacidade nuclear assinalável.

Abordando uma das questões do Estado Indiano, mais precisamente a respeito da Caxemira, cabe-nos dizer que, o desenvolvimento da capacidade nuclear por ambas as partes (Paquistão e Índia), conduz a que não voltasse a existir mais nenhuma situação de confrontação militar aberta, apesar da “dureza” dos discursos e ameaças trocadas. Em síntese, se configura num ambiente nuclear multipolar com contornos de aplicação da estratégia de dissuasão e de maior instabilidade entre países. A Índia, juntamente com seu país vizinho Paquistão, foram inseridos no seletivo grupo de países que detêm o controle e a tecnologia nuclear. Com a detonação de cinco bombas atômicas por parte do Estado Indiano (Dissuasão Imediata), seguiu-se a explosão de outras por parte do vizinho e que tal contexto se insere os interesses no subcontinente asiático. No final do século XX, o Estado indiano lançou projeto onde afirma que os artefatos nucleares são exclusivamente para a dissuasão e que segue com uma

política externa de “retaliação”. Embora a Índia não fizesse quaisquer declarações oficiais sobre o tamanho de seu arsenal nuclear, estimativas recentes sugerem que a Índia possui um arsenal suficiente para emprego contra os Estados em seu entorno. Em seu programa existem estimativas de que tenha produzido plutônio. Esse composto é um dos princípios ativos para os artefatos nucleares²⁸. Por explorar o mineral, ainda não é signatária do (TNP), mas assinou e ratificou a Convenção sobre as Armas Biológicas e a Convenção sobre as Armas Químicas.

Quanto ao seu potencial em material, possui 138,7 mil toneladas de urânio passíveis de extração, tendo, em dados de 2014, a produção estimada em 385 toneladas²⁹. Investiu-se, no país, aproximadamente US\$ 38,5 milhões, em 2013, na exploração do mineral e na construção de novas minas. Em contraste, o Brasil investiu cerca de US\$ 1,6 milhão com esse intuito (OCDE, 2016).

Ademais, a corrida armamentista nuclear, torna-se algo de vital importância na projeção de poder e do reconhecimento no cenário internacional. Tal assertiva, exemplifica a necessidade continuada dos países em ascender às Armas nucleares - ADM. Em face disso, o conceito de dissuasão nuclear, não diminuiu

28 Plutônio é principalmente um produto de reações nucleares em reatores onde alguns nêutrons liberados em fissões nucleares são capturados por átomos de U-238, que após uma série de decaimentos, finalmente torna-se Pu. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000200209. Acesso em 12 jun. 2019.

29 Vale salientar que o programa nuclear desse país manteve-se constante, graças ao contínuo investimento do Estado. O programa indiano somente alcançou o grau atual de desenvolvimento devido ao emprego constante da máquina pública em prol de um desenvolvimento nuclear sólido.

de importância no caso de um embate entre potências nucleares de capacidades semelhantes. Mesmo diante o diminuição do fator ideológico, os indicativos da confrontação tenderiam a manter padrões semelhantes aos da Guerra Fria.

Do que foi possível até aqui levantar a respeito de seu potencial nuclear e dos respectivos avanços nesta área, aponta-se que o Estado está em fase avançada na construção de cinco novos reatores nucleares – sendo um destes um protótipo – (o Brasil prossegue na construção de um novo reator em Angra 3). Ademais, a Índia possui planos de iniciar a construção de quatro novas usinas nos próximos anos de edificar mais quatro reatores desse tipo, mas ainda não deu início ao planejamento oficial dessa construção (AIEA, 2017).

7. Considerações Finais

Este trabalho pretendeu analisar o Estado Indiano e seu poder de dissuasão perante os países limítrofes ao seu território. No transcurso do trabalho, buscou-se fundamentação teórica para responder ao problema de pesquisa na mídia eletrônica e em bibliografia orientada para a consecução do trabalho.

Fica evidente e possível a identificação de que o Estado Indiano é percebido no cenário internacional sob o paradigma de país ameaçado em sua segurança por gigantescas vulnerabilidades externas e internas. Uma população com mais de um bilhão de habitantes, que cresce a cada ano e duplica sua população a cada 38 anos. Tudo isso acompanhado de imensos problemas de degradação ambiental, crescimento urbano, insuficiência de água e energia, infraestruturas colapsadas ou

insuficientes, conflitos de classes, etc. Em síntese, um país que leva no interior de sua própria sociedade todos os riscos de ameaça à sua segurança. Os cenários de violência na área podem ser constatados pela ocorrência de uma dezena de conflitos de intensidade e periodicidade variáveis.

Cabe destacar que a Índia possui planos estratégicos para o século XXI. Supõe-se que o principal deles consista em se firmar como a principal potência do Oceano Índico. Já estão em curso estratégias de projetar o poder de sua Marinha em estabelecer uma “ordem indiana” para além de suas tradicionais áreas de influência (Sri Lanka e Ilhas Maldivas). Essas estratégias levam em conta a presença de uma numerosa diáspora indiana em vários países da orla do Índico.

Sua localização no subcontinente indiano, formando uma das regiões estratégicas no contexto da geopolítica mundial, tendo o desenvolvimento de seu programa nuclear ligado às disputas territoriais, em especial na região da Caxemira. A dinâmica de conflitos entre a Índia e o Paquistão vem gerando consequências diversas na atual escalada das desavenças, temendo-se que a região se torne ainda mais instável, com a possibilidade de intensificação dos recorrentes conflitos ditos como sendo “transfronteiriços” e de aplicação de armas de destruição em massa.

Ao longo do artigo, procurou-se descrever a formação do estado Indiano e suas especificidades e as questões de doutrinária, especialmente as de ordem militar e nuclear, descrevendo a estrutura organizacional de suas FFAA; sua indústria bélica; sua Política de Defesa; Seu poderio nuclear;

e as implicações dessa corrida armamentista nuclear e sua prospecção para os anos vindouros e as consequências em relação ao Tratado de Não Proliferação e a implicação da dissuasão nuclear como capacidade de poder. Não menos importante, buscou-se descrever o Estado na condução da dissuasão como justificativa para seus interesses como nação.

Do que se pode concluir até o presente momento, sabe-se que problemas de ordem militar na região e a subsequente utilização de artefatos nucleares, podem desencadear implicações graves no cenário mundial, pelo envolvimento dos demais países que se relacionam com a Índia, dentre elas os EUA.

8. Referências Bibliográficas

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA. Nuclear Power Reactors in the World. Vienna: AIEA, 2017. Reference data series n. 2. Disponível em: <http://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/RDS_2-37_web.pdf>. Acesso em: 13 jun.2019.

ARANTES, Junior. A. O Paquistão e as estratégias ocidentais para a Ásia Meridional. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.46 no.1. Brasília. 2003.

ARRIGHI, Giovanni e Silver, Beverly J. Caose Governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

ATARODI, A. et al. India: A Defence and Security Primer India : A Defence and Security Primer. FOI, n. May 2010, p. 84 p., 2010.

BEHERA, L. K. Indian Defence Industry Issues of Self-Reliance. IDSA Monograph Series, n. 21, 2013.

BERTONHA, J. F. A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, n. 2, 12–130, 2013.

BITZINGER, R. A. The State of Defense Innovation in India: Can It Catch Up with Global Leaders? S. Rajaratnam School of International Studies. IGCC Defense Innovation Briefs, v. 4, n. 4, 2014.

BUZAN, Barry & WÆVER, Ole. Regions and Powers: The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CANADA to supply uranium to India for 5 years under landmark deal. NDTV Convergence Limited, Apr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/Qwgbd1>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

CHANDRA MOHAN, B. India' s Defence Budget : Implications and Strategic Orientation. n. July, 2013.

COUTO, Cabral Abel, Elementos de Estratégia, Apontamentos para um Curso, Volume I, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1988.

DASGUPTA, S.; COHEN, S. P. Is India Ending its Strategic Restraint Doctrine? The Washington Quarterly, v. 34, n. 2, p. 163–177, 2011.

Danielson , J. Ryne . “A nuclear jiahd: The effects of nuclear weapons on non-state violence in the India-Pakistan Conflict.” Department of Government and Justice Studies 1 (2012).

DUTTA, Abhinav .India's Defence Modernisation: Challenges and Prospects Dutta. Indian Defence Review. 07 jul. 2016 . Disponível em :<http://www.indiandefencereview.com/news/indias-defence-modernisation-challenges-and-prospects/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

DIXIT, J. N. Across Borders. Fifty Years of India's Foreign Policy. New Delhi – Ashok Chopra/Picus Books, 1998.

GANGULY, Rajat. India's Military: Evolution, Modernisation and Transformation. India Quarterly, v. 71, n. 3, p. 187-205, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa/ Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALO, M.; CASSIOLATO, J. E. A Evolução do Sistema Nacional de Inovação da Índia e seus Desafios Atuais: uma primeira leitura a partir do pensamento latino americano. BRICS Policy Center, v. 4, n. 4, 2016.

JORNADA, Felipe Frota da. Liderança Militar –O Jogo Estratégico Nuclear: Índia x Paquistão. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Tradução Cláudio Figueiredo - 1. ed. Objetiva. Rio de Janeiro. 2015.

INDIA. Annual Report 2013-14. [s.l.] Ministry of Defence, 2014.

INDIA. Indian Army Doctrine (2004). Defense Staff. 2004. Disponível em: <ids.nic.in/Indian%20Army%20Doctrine/indianarmymydoctrine1.doc>. Acesso em: 05 jun 2019.

ÍNDIA. About Us. India: Department of Atomic Energy, 2013a. Disponível em: <<http://goo.gl/gL964L>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

KENNEDY, A. India's Nuclear Odyssey. Implicit Umbrellas, Diplomatic Disappointments, and the Bomb. *International Security*, 36(2), Fall 2011, pp. 120-153.

KHAN, Zulfqar; KHAN, Ahmad. The Strategic Impasse over India's Doctrinal Restructuring. *The Washington Quarterly*, v. 39, n. 1, p. 139-157, 2016.

MISTRY, Dinshaw. *US-India Nuclear Agreement. Diplomacy and Domestic Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Uranium 2016: Resources, Production and Demand*. A joint report by the Nuclear Energy Agency and the International Atomic Energy Agency. 2016. Disponível em: <<http://www.oecd-nea.org/ndd/pubs/2016/7301-uranium-2016.pdf>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

PAULA, André Mendes Pereira de. *As Políticas de Defesa do Brasil e da Índia: um estudo comparado (2003 – 2015)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

PERKOVICH, G. *India's Nuclear Bomb: the impact on global proliferation*. Berkeley: University of California Press, 2001.

SIL, Rudra. India. In Kopstein, Jeffrey; Lichbach, Mark (org.). *Comparative politics: interests, identities, and institutions in a change global order*. Cambridge University Press, 2000.

SCHELLING, Thomas. *Arms and Influence*. New Haven: Yale University, 2010.

SCHOFIELD, Victoria .*Kashmir in Conflict*. Londres: IB Tauris, 2003.

The Indian Daily (Déli), “The Kashmir Dispute,” June 1, 1998. http://www.pbs.org/newshour/bb/asia/jan-june98/kashmir_6-1.html. Acesso em: 8 jun. 2019.

SCHOLZ, Fernando. *Implicações da dissuasão nuclear como capacidade de poder: O caso indiano*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2015.